

ENTRE A HIPERVIGILÂNCIA E O CUIDADO COLETIVO: PESQUISA-INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL COM POLICIAIS PENAIS NO SISTEMA PRISIONAL

BETWEEN HYPERVIGILANCE AND COLLECTIVE CARE: A RESEARCH-
INTERVENTION IN MENTAL HEALTH WITH CORRECTIONAL OFFICERS IN
THE PRISON SYSTEM

Ciências Humanas • 22/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779331765](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779331765)

Rafael de Albuquerque Figueiró

Ana Izabel de Oliveira Lima

Hilderline Camara de Oliveira

Leonardo Cavalcante de Araújo Melo

Hellen Wingerter Barros

RESUMO

A atuação de policiais penais no sistema prisional brasileiro ocorre em contextos marcados por superlotação, violência institucional, precarização das condições de trabalho e exposição contínua a riscos psicossociais, configurando importantes fatores de sofrimento psíquico e adoecimento laboral. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender, a partir de uma pesquisa-intervenção de inspiração institucionalista, os processos institucionais produtores de sofrimento psíquico no cotidiano de trabalho de policiais penais do sistema prisional do Rio Grande do Norte, bem como analisar os efeitos das rodas de conversa como dispositivo coletivo de cuidado, autoanálise e construção de estratégias de enfrentamento em saúde mental. A intervenção foi realizada com duas equipes de policiais penais de unidades prisionais estaduais, totalizando 14 participantes, por meio de rodas de conversa quinzenais desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2025. Fundamentadas nos princípios de autoanálise e autogestão da análise institucional, as rodas constituíram um dispositivo coletivo de circulação da palavra, problematização do cotidiano prisional e construção compartilhada de estratégias de enfrentamento. Os resultados evidenciam que o trabalho prisional é atravessado por relações marcadas pela violência, hipervigilância, conflitos institucionais, sobrecarga laboral e precarização das relações de trabalho, produzindo efeitos significativos sobre a saúde mental dos trabalhadores, como ansiedade, estresse, sofrimento psíquico, alterações do sono e uso abusivo de álcool. Além disso, identificou-se que o grupo operou como espaço de reconhecimento coletivo do sofrimento, fortalecimento dos vínculos entre os participantes e produção de estratégias de cuidado, incluindo atividade física, delimitação entre vida pessoal e trabalho, ampliação das atividades de lazer, busca por acompanhamento em saúde

mental e fortalecimento da organização coletiva da categoria. Conclui-se que intervenções grupais inspiradas na análise institucional podem constituir importantes dispositivos de cuidado e problematização dos processos institucionais produtores de sofrimento no contexto prisional, especialmente diante da fragilidade das políticas institucionais voltadas à saúde mental desses trabalhadores.

Palavras-chave: saúde mental; policial penal; sistema prisional; pesquisa-intervenção; análise institucional.

ABSTRACT

The work of correctional officers in the Brazilian prison system takes place in contexts marked by overcrowding, institutional violence, precarious working conditions, and continuous exposure to psychosocial risks, constituting significant factors in psychological distress and occupational illness. Given this scenario, the present study aimed to understand, through an institutionalist-inspired intervention research, the institutional processes that produce psychological distress in the daily work of correctional officers in the prison system of Rio Grande do Norte, as well as to analyze the effects of discussion groups as a collective device for care, self-analysis, and the construction of coping strategies in mental health. The intervention was carried out with two teams of correctional officers from state prison units, totaling 14 participants, through bi-weekly discussion groups developed throughout the second half of 2025. Based on the principles of self-analysis and self-management of institutional analysis, the discussion groups constituted a collective device for the circulation of words, problematization of daily prison life, and the shared construction of coping strategies. The results show that prison work is characterized by relationships marked by violence, hypervigilance, institutional conflicts, work

overload, and precarious working conditions, producing significant effects on the mental health of workers, such as anxiety, stress, psychological distress, sleep disturbances, and alcohol abuse. Furthermore, the group was identified as a space for collective recognition of suffering, strengthening bonds among participants, and developing care strategies, including physical activity, delineating personal and work life, expanding leisure activities, seeking mental health support, and strengthening the collective organization of the category. It is concluded that group interventions inspired by institutional analysis can constitute important devices for care and problematization of institutional processes that produce suffering in the prison context, especially given the fragility of institutional policies aimed at the mental health of these workers.

Keywords: mental health; correctional officer; prison system; intervention research; institutional analysis.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de pensar o sistema prisional brasileiro, torna-se impossível dissociá-lo de questões como violência institucional, superlotação, precarização das condições de custódia e produção cotidiana de sofrimento. Com aproximadamente 941 mil pessoas privadas de liberdade — sendo 705 mil em celas físicas e 235 mil em prisão domiciliar — o Brasil ocupa atualmente a terceira maior população prisional do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Secretaria Nacional de Políticas Penais/SENAPPEN, 2025). Nesse cenário, as prisões brasileiras seguem marcadas por condições inadequadas de encarceramento, ausência de assistência em saúde, escassez de programas de trabalho e reinserção social,

além de graves problemas estruturais e institucionais (Jordão & Cordeiro, 2025).

Grande parte das discussões produzidas sobre o cárcere concentra-se, historicamente, nas condições de encarceramento da população privada de liberdade. Entretanto, ainda são relativamente escassos os estudos voltados aos efeitos subjetivos e psicossociais produzidos sobre aqueles responsáveis pela gestão cotidiana das prisões. É nesse ponto que o trabalho do policial penal ganha centralidade analítica, como uma atividade profundamente atravessada por tensões institucionais, riscos psicossociais e processos permanentes de desgaste físico e emocional.

A literatura nacional e internacional vem apontando que o trabalho prisional se constitui como uma das atividades laborais mais desgastantes no campo da segurança pública, estando associado a elevados índices de estresse, sofrimento psíquico, ansiedade, depressão, consumo abusivo de álcool e outras drogas, além de importantes prejuízos à saúde física e mental desses trabalhadores (Kalinsky, 2008; Ghaddar, Mateo & Sanchez, 2008; Lourenço, 2010; Rumin, 2006; Lopes, 2007; Fernandes et al., 2002; Vasconcelos, 2000; Jesus, Felipe & Silva, 2021). A superpopulação prisional, associada ao número insuficiente de policiais penais, intensifica ainda mais o desgaste físico e psíquico desses profissionais, produzindo condições de trabalho insatisfatórias, exposição contínua a situações de violência e redução significativa da qualidade de vida (Jaskowiaki & Fontanal, 2015).

Além da sobrecarga de trabalho e das condições frequentemente insalubres das unidades prisionais, os policiais penais convivem cotidianamente com ameaças, intimidações, agressões e situações

constantes de tensão e hipervigilância (Lima et al., 2023). O exercício da função envolve risco permanente à própria integridade física, necessidade contínua de controle emocional, convivência em ambientes rigidamente hierarquizados e manejo constante de relações grupais marcadas por conflitos e ambiguidades institucionais, especialmente entre as dimensões de cuidado e punição que atravessam o sistema prisional (Lourenço, 2010). Tais elementos configuram importantes fatores de risco psicossocial, favorecendo processos de sofrimento e adoecimento ocupacional (Marques, Giongo & Ruckert, 2018).

Outro aspecto frequentemente destacado na literatura diz respeito ao chamado processo de prisionização, conceito tradicionalmente atribuído à população privada de liberdade, mas que também atravessa os trabalhadores do cárcere. Tal processo refere-se à assimilação progressiva de hábitos, comportamentos, formas de relação e modos de funcionamento característicos do ambiente prisional, produzindo efeitos subjetivos importantes sobre aqueles que atuam nas instituições penais (Chies, Barros, Lopes & Oliveira, 2005). Com isso, o cárcere deixa de ser apenas o lugar onde se trabalha, apenas como espaço físico de trabalho, passando a constituir um dispositivo que produz modos específicos de subjetivação, marcados por hipervigilância, endurecimento afetivo, restrição da vida social e captura progressiva da vida privada pelo cotidiano institucional.

Apesar da relevância dessas questões, ainda são poucas as intervenções direcionadas especificamente à saúde mental de policiais penais, seja no campo da pesquisa, seja no âmbito das práticas institucionais de cuidado (Nascimento, 2022; Caitano & Serva, 2020). Observa-se, de maneira recorrente, a ausência de

políticas institucionais voltadas ao acompanhamento psicológico e à promoção de saúde mental dessa categoria profissional, mesmo diante dos elevados índices de sofrimento psíquico identificados na literatura.

Partindo dessa problemática, o presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com policiais penais do sistema prisional do Rio Grande do Norte, vinculada ao projeto “Saúde mental e trabalho prisional”. Fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da análise institucional, a pesquisa buscou compreender, a partir de uma pesquisa-intervenção de inspiração institucionalista, os processos institucionais produtores de sofrimento psíquico no cotidiano de trabalho de policiais penais do sistema prisional do Rio Grande do Norte, bem como analisar os efeitos das rodas de conversa como dispositivo coletivo de cuidado, autoanálise e construção de estratégias de enfrentamento em saúde mental. Para tanto, o estudo buscou responder aos seguintes questionamentos: quais os principais problemas enfrentados pelos policiais penais no cotidiano prisional? Quais os impactos do trabalho sobre suas vidas e saúde mental? E quais estratégias coletivas de enfrentamento podem ser produzidas a partir da experiência grupal?

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção de abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico-metodológico da análise institucional. Diferentemente de modelos tradicionais de pesquisa centrados apenas na coleta e interpretação de dados, a pesquisa-intervenção compreende o campo como espaço vivo de produção coletiva de análise, problematização e

transformação institucional. Nessa perspectiva, pesquisar implica também intervir nos processos institucionais em curso, produzindo deslocamentos, circulação da palavra e construção compartilhada de estratégias de enfrentamento das questões vivenciadas pelos participantes.

A análise institucional, conforme proposta por Baremblytt (1992) e Lourau (1993; 1995), constitui um conjunto de saberes e práticas voltado à análise crítica dos processos institucionais que atravessam grupos, coletivos e organizações sociais. Tal perspectiva busca explicitar contradições, tensões, modos de funcionamento e relações de poder presentes no cotidiano institucional, especialmente por meio da emergência de analisadores — acontecimentos, falas, situações ou práticas capazes de revelar linhas de força e modos de subjetivação produzidos em determinado contexto institucional. Além disso, a análise institucional favorece movimentos de autoanálise e autogestão, compreendidos como processos coletivos nos quais os próprios sujeitos passam a refletir criticamente sobre os problemas que atravessam seu cotidiano e sobre as possibilidades de enfrentamento e transformação dessas questões.

Nessa direção, a pesquisa buscou produzir espaços coletivos de escuta, circulação da palavra e reflexão crítica acerca do cotidiano de trabalho de policiais penais do sistema prisional do Rio Grande do Norte. As intervenções foram realizadas no Presídio Feminino João Chaves, localizado em Natal/RN, unidade que, à época da pesquisa, contava com aproximadamente 150 mulheres privadas de liberdade e 32 policiais penais, organizados em quatro equipes de plantão.

Participaram da pesquisa 14 policiais penais vinculados à unidade prisional, distribuídos em duas equipes de trabalho. Foram

realizados dez encontros grupais, organizados em formato de rodas de conversa, ao longo do segundo semestre de 2025. Os encontros ocorreram quinzenalmente, nas dependências da própria unidade prisional, a partir de parceria estabelecida entre a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP/RN).

As rodas de conversa foram utilizadas como dispositivo grupal de intervenção e produção de análise coletiva. Conforme Afonso e Abade (2008), as rodas constituem espaços de diálogo e compartilhamento de experiências, favorecendo a circulação da palavra, a construção coletiva de sentidos e a problematização de questões relacionadas ao cotidiano dos participantes. No contexto desta pesquisa, as rodas operaram não apenas como estratégia metodológica de produção de dados, mas também como dispositivo de cuidado, acolhimento e fortalecimento coletivo diante das situações de sofrimento vivenciadas pelos trabalhadores.

Os encontros seguiram, de maneira flexível, uma organização temática previamente estruturada. No primeiro encontro, foram realizadas apresentações dos participantes, levantamento de expectativas e partilha das principais questões que atravessavam o cotidiano de trabalho dos policiais penais. O segundo encontro aprofundou a discussão acerca dos problemas enfrentados pela categoria e dos impactos produzidos sobre a saúde mental dos trabalhadores. Já os encontros subsequentes foram direcionados à construção coletiva de estratégias de enfrentamento, cuidado e fortalecimento das redes de apoio entre os participantes. O último encontro foi destinado ao fechamento das atividades, avaliação do processo grupal e sistematização das estratégias construídas ao longo da intervenção.

A produção dos dados ocorreu por meio dos registros realizados durante as rodas de conversa, incluindo anotações em diário de campo e registro das principais discussões emergentes nos encontros. A análise do material produzido ocorreu a partir da leitura sistemática dos registros das rodas de conversa e dos diários de campo, buscando identificar acontecimentos, falas e situações que operaram como analisadores institucionais. Esses analisadores foram agrupados em eixos interpretativos relacionados às dinâmicas de violência institucional, hipervigilância, sofrimento psíquico, captura da vida privada pelo trabalho e estratégias coletivas de cuidado produzidas no cotidiano prisional

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos para estudos com seres humanos, assegurando o sigilo das informações, o caráter voluntário da participação e a preservação da identidade dos participantes por meio da utilização de nomes fictícios nos relatos apresentados ao longo do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor explicitar os resultados da pesquisa, dividimos os achados em dois principais eixos de análise: “Quais são nossos problemas? O cotidiano do policial penal” e “Como podemos resolvê-los? Estratégias de cuidado em saúde mental”. Vamos a cada um deles:

Quais são nossos problemas? O cotidiano do policial penal.

O início do processo grupal partia sempre de uma apresentação dos participantes, momento em que nos aproximávamos de suas trajetórias profissionais e das experiências construídas ao longo dos anos de trabalho no sistema prisional. Já nesse primeiro movimento,

emergiam narrativas atravessadas por esgotamento físico e emocional, conflitos constantes, precarização das condições de trabalho e vivências marcadas por sofrimento psíquico. As rodas de conversa eram conduzidas inicialmente por questões como: “Como é o trabalho do policial penal?” e “Quais os principais problemas enfrentados no cotidiano prisional?”. A partir dessas provocações, os participantes passavam a compartilhar experiências que revelavam não apenas dificuldades pontuais da rotina laboral, mas aspectos estruturais do funcionamento institucional do cárcere.

Um primeiro ponto que apareceu de forma recorrente nos relatos diz respeito à relação estabelecida com os presos e seus familiares. Segundo os participantes, trata-se de uma convivência permanentemente atravessada por ameaças, hostilidades e situações de tensão, produzindo um estado contínuo de alerta e vigilância: “É sempre aquilo, né... O preso fala que vai fazer e acontecer. Se você for um novato, acaba caindo na conversa e seu emocional fica prejudicado.”

Mais do que episódios isolados de ameaça, os relatos revelam um contexto institucional em que o medo e a vulnerabilidade passam a organizar a própria experiência subjetiva do trabalho. O cotidiano prisional exige desses trabalhadores um controle constante das emoções, das interações e da própria postura corporal, produzindo formas específicas de hipervigilância subjetiva. Nesse cenário, desconfiar, endurecer-se emocionalmente e manter-se permanentemente em estado de alerta aparecem como estratégias aprendidas de sobrevivência institucional.

Em outros momentos, os policiais relatavam que aqueles que procuram cumprir rigorosamente as normas operacionais acabam

se tornando ainda mais expostos a ameaças e represálias:

“Então, se você barra uma comida diferente no dia da visita, se revista a cela como é pra ser, você acaba sendo mais visado, mais ameaçado por eles... Muitos [policiais] desistem do caminho correto, não que vira errado, mas faz corpo mole.”

A fala evidencia uma tensão permanente entre o cumprimento das normas institucionais e os mecanismos cotidianos de autopreservação desenvolvidos pelos trabalhadores. Em muitos casos, flexibilizar determinadas condutas aparece menos como negligência funcional e mais como tentativa de reduzir riscos e preservar a própria integridade física e emocional diante de um ambiente percebido como continuamente hostil. Assim, o cárcere produz modos específicos de subjetivação nos quais a gestão cotidiana do risco ocupa posição central na organização do trabalho e da vida.

Tal fato está em sintonia com as observações de Silveira (2009), ao lembrar que os agentes penitenciários tornam-se representantes concretos da instituição prisional perante os presos, funcionando frequentemente como alvo da revolta produzida pelas próprias condições de encarceramento. Nessa mesma direção, Jesus, Felipe e Silva (2021) destacam que o contato diário com detentos expõe os policiais penais a situações de agressão, intimidação, ameaça e possibilidade de rebeliões, produzindo importantes impactos sobre sua saúde física e mental.

Os relatos das policiais penais da unidade feminina caminham na mesma direção, revelando que o ambiente prisional feminino também é atravessado por situações permanentes de tensão e

insegurança: “Você precisa falar uma, duas, às vezes dez vezes. Aí você vai perdendo a paciência. Se você não for duro, elas te desrespeitam... A gente aprende e consegue, mas tem um custo.” Ou ainda: “O fato de ser um presídio feminino não elimina o medo, as ameaças que a gente sofre, tem policial aqui jurada de morte.”

As falas indicam que o endurecimento afetivo aparece, muitas vezes, como mecanismo institucionalmente aprendido de proteção e exercício da autoridade. Nesse contexto, rigidez emocional, controle afetivo e postura disciplinadora deixam de operar apenas como características individuais, passando a constituir modos de funcionamento subjetivo produzidos no próprio cotidiano prisional. Trata-se de um processo em que o cárcere não atua apenas como espaço físico de trabalho, mas como dispositivo que produz formas específicas de sentir, reagir e se relacionar.

Dessa forma, os policiais penais encontram-se constantemente expostos a situações de estresse, ameaça, intimidação e possibilidade de violência física, elementos que tornam o risco e a vulnerabilidade componentes inerentes ao trabalho no cárcere (Lourenço, 2012). Bezerra, Assis, Constantino e Pires (2021) identificam que relações conflituosas entre presos e agentes, superlotação, sobrecarga de trabalho e ameaças constantes figuram entre os principais fatores associados ao adoecimento psíquico desses trabalhadores. Tais elementos também aparecem nos estudos de Gonçalves et al. (2025), que apontam o sofrimento psíquico e a exposição prolongada à violência institucional como importantes fatores de risco para a saúde mental dos policiais penais.

Outro aspecto que surgiu de maneira recorrente nas rodas de conversa foi a implantação do sistema de monitoramento eletrônico nas unidades prisionais. Segundo os participantes, a presença constante das câmeras alterou significativamente a dinâmica de trabalho e ampliou a sensação de vigilância permanente sobre os próprios policiais: “Aqui se você der um grito no preso, amanhã você responde um PAD [procedimento administrativo disciplinar]. Quer dizer, agora o policial vai ter que virar pra o preso e dizer: ‘Sr. Preso, por gentileza, entre na cela.’” (risos)

Embora o monitoramento eletrônico tenha sido implantado como estratégia institucional de controle e fiscalização das práticas realizadas nas unidades prisionais, os relatos indicam que ele também passou a operar como mecanismo de intensificação da vigilância sobre os próprios trabalhadores. Assim, o policial penal encontra-se simultaneamente submetido às ameaças produzidas pelo cotidiano carcerário e ao controle institucional permanente de sua conduta, produzindo uma experiência laboral marcada por tensão contínua, sensação de exposição e medo de punições administrativas.

Na esteira dessa discussão, emerge também o debate sobre os direitos humanos, tema frequentemente presente nas rodas de conversa. Os participantes relatavam perceber os discursos relacionados aos direitos humanos como distantes das condições concretas de trabalho vivenciadas no sistema prisional e, muitas vezes, como mecanismos que dificultariam o exercício da autoridade dentro das unidades. Mais do que reproduzir posicionamentos individuais acerca do tema, tais falas revelam tensões institucionais importantes relacionadas às transformações contemporâneas do trabalho prisional, às disputas em torno dos mecanismos

disciplinares e à percepção de fragilização da autoridade policial diante das novas formas de controle institucional.

Para além das relações com presos e da intensificação da vigilância institucional, a própria rotina da cadeia aparece como elemento central na produção de desgaste físico e emocional. Segundo os participantes, o trabalho prisional frequentemente exige interrupções do descanso noturno para atendimento de demandas emergenciais, condução de presos para serviços de saúde ou acompanhamento de procedimentos jurídicos realizados durante a madrugada. Em um contexto marcado pela superlotação e pelo número reduzido de trabalhadores, tais demandas tornam-se ainda mais frequentes e desgastantes.

Nessa direção, Back (2021) aponta que o trabalho em turnos, especialmente durante a noite, produz importantes impactos sobre a saúde mental, estando associado a distúrbios do sono, alterações do humor, fadiga, hipertensão e prejuízos às relações familiares e interpessoais. Os relatos produzidos nas rodas de conversa revelam que tais efeitos não aparecem de maneira isolada, mas articulados a um contexto institucional marcado por tensão constante, precarização das condições de trabalho e exposição contínua à violência.

Uma rotina de violência também atravessa, de forma significativa, o cotidiano laboral desses trabalhadores. Um dos relatos traz à tona práticas violentas que circulavam em determinadas unidades prisionais: “Às vezes a gente colocava 28 presos no isolamento, em um espaço onde só cabia quatro.” Outro policial complementa: “Ou cuspir na cara do preso... Ou caminhar um por cima do outro... A

gente aprendia a bater mesmo, só depois de uns anos que isso mudou, mas ainda existe.”

Os relatos evidenciam que a violência institucional não opera apenas como prática dirigida aos presos, mas também como elemento constitutivo dos processos de formação e socialização profissional no cárcere. Conforme discutem Figueiró e Dimenstein (2019), o processo de militarização presente na formação desses trabalhadores contribui para o endurecimento afetivo e para a produção de subjetividades marcadas pela valorização da disciplina, da rigidez e da violência como mecanismos legítimos de controle institucional. Albernaz (2010) destaca que o exercício contínuo de funções policiais tende a produzir processos de embrutecimento e dessensibilização progressiva, reduzindo a capacidade empática dos trabalhadores diante do sofrimento humano.

Nesse sentido, a violência passa a operar não apenas como prática eventual, mas como dimensão estruturante da experiência prisional, produzindo efeitos subjetivos tanto sobre os presos quanto sobre aqueles responsáveis pela custódia e manutenção cotidiana da ordem institucional. Os próprios policiais reconhecem os impactos produzidos pelo contato contínuo com situações de humilhação, violência e violação de direitos: “Nós não passamos em um concurso para ver tortura e humilhações... É isso que adocece também.”

A fala revela a existência de um sofrimento ético relacionado às contradições vivenciadas no cotidiano prisional, especialmente diante do tensionamento permanente entre disciplinar, vigiar, punir e garantir direitos. Outro policial complementa: “O policial penal deve cumprir a LEP [Lei de Execução Penal], e não apenas a parte

disciplinar da lei, mas toda a parte que diz da garantia dos direitos dos presos...”

Por fim, os efeitos desse cotidiano marcado por tensão, violência e desgaste reverberam também nas relações estabelecidas entre os próprios policiais penais. As equipes convivem diariamente com superlotação, precarização estrutural, conflitos internos e sobrecarga laboral, fatores que frequentemente produzem desentendimentos, perseguições institucionais e adoecimento psíquico.

Em uma das rodas de conversa, emergiu o relato de um policial penal que havia sido removido compulsoriamente de sua unidade de trabalho após conflitos com a direção prisional: “Eu trabalhava do lado de casa. Por conta dessa direção, na época, eu fui remanejado pra uma unidade prisional distante 32 quilômetros. Eu adoeci com isso.”

Os participantes relataram ainda conflitos constantes entre colegas, ameaças, discussões e episódios de violência interna entre trabalhadores. Segundo o diretor da unidade: “Boa parte do plantão como diretor é resolvendo conflitos... a saúde mental abalada faz com que mais problemas aconteçam.”

A experiência compartilhada indica que o sofrimento produzido no cárcere ultrapassa as relações entre policiais e presos, atravessando também as dinâmicas institucionais entre os próprios trabalhadores. Dessa forma, o cotidiano prisional constitui um contexto marcado por tensão permanente, hipervigilância, endurecimento afetivo e desgaste emocional contínuo, produzindo impactos significativos sobre os modos de vida e sobre a saúde mental daqueles responsáveis pela manutenção cotidiana da prisão.

“Aqui não tem ninguém normal”: sofrimento psíquico, captura subjetiva e desgaste da vida no trabalho prisional

As discussões produzidas nas rodas de conversa revelaram que os efeitos do trabalho prisional ultrapassam o desgaste físico e as tensões inerentes ao cotidiano laboral, atravessando profundamente a saúde mental e os modos de vida dos policiais penais. Ansiedade, irritabilidade, distúrbios do sono, uso abusivo de álcool, esgotamento emocional e sofrimento psíquico apareceram de maneira recorrente nos relatos dos participantes, indicando que o cárcere produz impactos que extrapolam os muros da prisão e passam a organizar também a vida privada desses trabalhadores. A frase “Aqui não tem ninguém normal”, repetida em diferentes momentos das rodas, sintetiza a percepção compartilhada de que o trabalho prisional produz marcas subjetivas duradouras sobre aqueles que nele permanecem por longos períodos.

Um dos relatos mais marcantes foi o de uma policial penal que aqui chamaremos de Araci. Segundo ela, os sintomas começaram a surgir de maneira gradual, inicialmente por meio de crises de ansiedade vivenciadas em espaços públicos, como shopping centers e ambientes de lazer: “Começou com falta de ar, dor no peito, aquela sensação de que alguma coisa ruim ia acontecer... Depois veio o ataque de pânico.”

Ao relatar sua trajetória, Araci afirma ter trabalhado por aproximadamente 16 anos “empurrando com a barriga”, tentando negar os próprios sintomas e sustentando a necessidade permanente de mostrar força diante do ambiente prisional: “A gente entende que precisa ser forte, vestir aquela capa de super-herói, ser tão boa quanto os homens...”

A fala evidencia como o sofrimento psíquico, muitas vezes, é silenciado e naturalizado dentro da cultura institucional prisional. O reconhecimento do adoecimento tende a aparecer associado à fragilidade ou incapacidade para o trabalho, favorecendo processos de negação dos sintomas e prolongamento do sofrimento. Além disso, o relato aponta para a presença de marcadores de gênero importantes no contexto prisional, especialmente no que diz respeito à necessidade constante de afirmação profissional das mulheres em um ambiente historicamente marcado pela valorização da rigidez, da força e do controle emocional.

No dia em que participava da roda de conversa, Araci retornava pela primeira vez à unidade prisional após cinco anos afastada e realocada em funções administrativas. Mesmo medicada, relatava intensa ansiedade ao entrar novamente no presídio. Sua fala produziu forte identificação entre os participantes do grupo, revelando que a experiência da ansiedade atravessava praticamente todos os policiais presentes.

De maneira recorrente, os participantes relataram que a ansiedade não se restringia ao período do plantão, mas permanecia presente também nos momentos de descanso, lazer e convivência familiar. Circular pelas ruas da cidade, frequentar espaços públicos ou mesmo realizar atividades cotidianas passou a ser vivido sob permanente sensação de ameaça: *“Você tá no shopping, num restaurante, numa fila... e sempre pensa que alguém pode lhe reconhecer.”*

Nesse sentido, o trabalho prisional produz formas de hipervigilância que extrapolam o ambiente institucional e passam a invadir progressivamente a vida privada dos trabalhadores. O policial penal

permanece em estado constante de alerta, mesmo fora do expediente, como se a experiência prisional continuasse operando subjetivamente para além dos muros da cadeia. Tal dinâmica aproxima-se do que Rumin et al. (2011) descrevem como mobilização contínua de ansiedades paranoides relacionadas ao trabalho no cárcere, produzindo impactos significativos sobre a saúde mental e as possibilidades de vida social desses trabalhadores.

A ansiedade pré-plantão apareceu como um dos elementos mais recorrentes nas rodas de conversa. Segundo os participantes, os dias de folga raramente produzem descanso efetivo, já que a proximidade do retorno ao trabalho desencadeia antecipadamente estados de tensão e sofrimento: *“No primeiro dia você tá morto, estressado e mal-humorado. No segundo você consegue relaxar um pouco. No terceiro você já tá ansioso pensando que vai voltar pra cadeia.”* Outro policial complementa: *“Ansiedade pré-plantão. Eu tô em casa lavando a louça e, do nada, vem aquele pensamento: ‘e se amanhã acontecer isso?’ Aí eu já fico estressado... depois respiro e digo: calma, você tá em casa.”*

Os relatos evidenciam que o cárcere produz um processo contínuo de captura subjetiva, no qual a prisão deixa de operar apenas como espaço físico de trabalho e passa a organizar pensamentos, afetos, comportamentos e relações cotidianas. Assim, mesmo distante institucionalmente da unidade prisional, o trabalhador permanece subjetivamente conectado ao ambiente de tensão, vigilância e ameaça característico do cárcere.

A literatura da área aponta que esse conjunto de sintomas e sofrimentos frequentemente recebe nomenclaturas produzidas pelos próprios trabalhadores, como “nervos abalados”, “mente

perturbada” ou “neurose de cadeia” (Vasconcelos, 2000), expressões que revelam formas coletivas de nomear os efeitos subjetivos do trabalho prisional. Conforme destaca o autor, a violência cotidiana, a tensão permanente, os esquemas rígidos de funcionamento institucional e as condições precárias de trabalho compõem um cenário propício ao sofrimento psíquico persistente.

Além da ansiedade, os participantes relataram importantes alterações na vida social e familiar. As possibilidades de lazer tornam-se progressivamente reduzidas, restringindo-se frequentemente à própria casa ou a encontros realizados com outros colegas de trabalho. Em diversos momentos, os policiais relataram dificuldade em frequentar determinados espaços públicos por medo de serem identificados por presos ou familiares de detentos. Como consequência, ocorre um empobrecimento das experiências sociais e uma restrição progressiva das possibilidades de convivência e circulação pela cidade.

Nesse contexto, o consumo de álcool apareceu como prática recorrente entre os trabalhadores, muitas vezes associado à tentativa de relaxamento e desligamento psíquico após os plantões: *“Sempre que a gente pode a gente tá bebendo na casa de alguém... Mas hoje já começo a ver isso como um problema, parece que se eu não beber uma cerveja eu não consigo relaxar.”*

O relato evidencia como determinadas estratégias inicialmente utilizadas como formas de alívio do sofrimento podem transformar-se em importantes fatores de risco para o adoecimento mental. Luiz (2003) aponta que aproximadamente 30% dos trabalhadores do sistema prisional apresentam consumo elevado de bebidas alcoólicas. Dados semelhantes foram encontrados por Fernandes et

al. (2002) e Pauli et al. (2021), que identificaram elevados índices de transtornos mentais comuns, estresse persistente e abuso de álcool entre policiais penais, diretamente relacionados às condições e organização do trabalho no cárcere.

Outro aspecto amplamente discutido nas rodas de conversa refere-se aos impactos do monitoramento eletrônico sobre a saúde mental dos trabalhadores. Segundo os participantes, a presença constante das câmeras intensificou ainda mais o estado de tensão e ansiedade já existente: *“É sempre um ‘e se’... E se me denunciar? E se tiver processo?”*

Mais uma vez, evidencia-se um contexto institucional marcado pela ampliação dos mecanismos de controle e vigilância sobre os próprios trabalhadores. O policial penal passa a operar simultaneamente sob a ameaça da violência prisional e sob o medo constante de punições administrativas, produzindo um ambiente laboral caracterizado por tensão permanente e insegurança subjetiva.

Os relatos sobre sofrimento psíquico tornam-se ainda mais intensos quando os participantes discutem situações extremas vivenciadas no cotidiano institucional. Segundo o diretor de uma das unidades investigadas:

Tem agente surtado... Já teve caso de agente que sequestrou a família e a gente teve que intervir... Muitos casos de alcoolismo... cocaína... agentes que chegam bêbados... casos de suicídio... Um agente já chegou a pedir pra eu tomar sua arma porque ele não tinha mais condições de portar.

A fala revela um cenário de adoecimento grave e progressivo, no qual o sofrimento psíquico deixa de aparecer apenas como mal-estar individual e passa a configurar importante problema institucional e coletivo. Conforme apontam Gonçalves e Oliveira (2019), a exposição contínua ao perigo, à violência, à pressão e à tensão transforma o ambiente prisional em importante produtor de estresse ocupacional e adoecimento mental.

Outro ponto recorrente nas rodas diz respeito às dificuldades relacionadas ao sono. Grande parte dos participantes relatou insônia, uso frequente de medicação controlada e sonhos recorrentes envolvendo rebeliões, violência e situações de ameaça: *“Você dorme, mas parece que continua na cadeia.”*

As falas revelam que o cárcere atravessa não apenas o cotidiano desperto dos trabalhadores, mas também seus processos de descanso, repouso e recuperação psíquica. Chies et al. (2005) já apontavam que manifestações oníricas associadas à violência e às tensões institucionais figuram entre os impactos mais recorrentes do trabalho prisional sobre a saúde mental.

A questão das “dobras de turno” também apareceu como importante elemento de desgaste físico e emocional. Muitos policiais relataram trabalhar 48 ou até 72 horas consecutivas, seja para aumentar a renda familiar, seja para suprir déficits de efetivo nas unidades: *“A dobra de turno é ruim... Aquilo vai corrompendo sua alma, dominando seu pensamento e você vai mudando, às vezes sem perceber.”*

A fala evidencia como a sobrecarga laboral produz transformações subjetivas profundas, afetando progressivamente a forma como os trabalhadores percebem a si mesmos, suas relações e o próprio cotidiano. Outro policial sintetiza os impactos desse processo sobre a vida familiar: *“É como se a gente tivesse uma bateria da paciência. Essa bateria vai se esgotando... Aí eu chego em casa com essa bateria já baixa...”*

Assim, os relatos produzidos nas rodas de conversa permitem compreender que o sofrimento psíquico no trabalho prisional não se reduz a sintomas isolados de ansiedade ou estresse, mas constitui efeito de um conjunto complexo de condições institucionais marcadas por violência, hipervigilância, precarização das relações de trabalho, jornadas exaustivas e captura progressiva da vida privada pelo cotidiano do cárcere. Nesse contexto, o adoecimento deixa de operar apenas como experiência individual, revelando-se como expressão de processos institucionais produtores de desgaste subjetivo e sofrimento mental entre os trabalhadores do sistema prisional.

Como podemos resolvê-los? Estratégias coletivas de cuidado e produção de saúde mental

A etapa final das rodas de conversa consistia em provocar os participantes a refletirem sobre possíveis estratégias de enfrentamento e cuidado diante das questões discutidas ao longo dos encontros. Mais do que oferecer respostas prontas ou intervenções prescritivas, buscava-se favorecer processos de autoanálise e construção coletiva de alternativas possíveis frente ao sofrimento produzido pelo cotidiano prisional. Nesse sentido, os encontros caminhavam na direção de uma apropriação das próprias demandas pelos trabalhadores, fortalecendo movimentos de autonomia, reconhecimento coletivo e produção compartilhada de estratégias de cuidado.

De maneira geral, os relatos iniciavam a partir da partilha de experiências relacionadas ao manejo cotidiano da ansiedade, do estresse e das dificuldades para dormir. Entre as estratégias mais frequentemente mencionadas, a prática de atividade física aparecia como importante recurso de cuidado em saúde mental: *“Uma coisa que me ajudou muito foi a atividade física. Comecei a caminhar depois do expediente e, assim, melhorou 80%.”*

A atividade física era frequentemente descrita pelos participantes como possibilidade de descarregar tensões acumuladas ao longo do plantão, reduzir sintomas ansiosos e produzir momentos de reorganização emocional após o trabalho. Alguns policiais relataram inclusive mobilizações internas da categoria para implantação de espaços destinados ao exercício físico dentro das próprias unidades prisionais, revelando tentativas coletivas de construção de estratégias institucionais de cuidado.

A literatura da área aponta que a prática regular de atividade física está associada à redução de sintomas de ansiedade, estresse e

depressão, além de contribuir para melhora da qualidade do sono e da qualidade de vida em trabalhadores submetidos a contextos laborais altamente tensionados (OMS, 2020; Pereira et al., 2019). Entretanto, no contexto investigado, tais práticas emergem não apenas como recomendação biomédica de promoção de saúde, mas como tentativa concreta de reconstruir possibilidades mínimas de cuidado diante de um cotidiano marcado por desgaste físico e emocional contínuo.

Outro ponto amplamente discutido nas rodas de conversa diz respeito à dificuldade de estabelecer limites entre o trabalho prisional e a vida pessoal. Muitos participantes relatavam permanecer constantemente conectados às dinâmicas da cadeia mesmo fora do expediente, especialmente por meio de grupos de WhatsApp, redes sociais e circulação contínua de notícias relacionadas ao sistema prisional. Nesse contexto, o cárcere parecia invadir progressivamente os espaços de descanso, lazer e convivência familiar.

Diante disso, alguns participantes passaram a desenvolver estratégias voltadas à criação de fronteiras mais claras entre o trabalho e a vida privada. Uma das policiais relatou que uma das mudanças mais importantes para sua saúde mental foi adquirir um aparelho celular utilizado exclusivamente para questões relacionadas ao trabalho:

Antes eu tava em casa, com minha filha pequena, e vendo notícias da cadeia. Quer dizer, eu não tava com minha filha. Eu tava na cadeia ainda... pensando nos presos, nos problemas da cadeia... hoje não. Chego, desligo e boto na gaveta.

A fala evidencia como o sofrimento relacionado ao trabalho prisional ultrapassa os limites físicos da instituição e passa a capturar subjetivamente os trabalhadores mesmo nos momentos de descanso. Assim, estratégias aparentemente simples, como desligar o telefone ou limitar o acesso a grupos institucionais fora do expediente, passam a assumir importante função de proteção psíquica.

Estudos mais recentes sobre saúde mental e hiperconectividade no trabalho apontam que a dificuldade de desconexão laboral está diretamente associada ao aumento de estresse, fadiga emocional, ansiedade e esgotamento psíquico, especialmente em profissões marcadas por elevada exigência emocional e disponibilidade permanente (Sonnentag & Fritz, 2015; Oakman et al., 2022). No contexto prisional, essa dificuldade torna-se ainda mais intensa diante da lógica permanente de vigilância e alerta que atravessa o cotidiano dos policiais penais.

Além das estratégias relacionadas ao descanso e à organização da rotina, os encontros também favoreceram discussões sobre atividades de lazer, convivência familiar, fortalecimento de vínculos sociais e busca por acompanhamento psicológico e psiquiátrico quando necessário. Em diversos momentos, os participantes reconheciam que o isolamento social, o excesso de trabalho e o uso do álcool como principal estratégia de relaxamento acabavam intensificando ainda mais o sofrimento psíquico.

Nesse sentido, o grupo passou a funcionar não apenas como espaço de escuta, mas como dispositivo coletivo de produção de cuidado e circulação da palavra. A possibilidade de compartilhar experiências semelhantes, reconhecer o sofrimento do outro e perceber-se

atravessado por questões comuns produzia efeitos importantes de identificação coletiva e redução do isolamento subjetivo: *“A gente percebe que não é só com a gente... que todo mundo aqui tá tentando sobreviver disso.”*

Ao longo dos encontros, tornou-se evidente que muitos policiais penais raramente possuíam espaços institucionais nos quais pudessem falar sobre medo, sofrimento, ansiedade ou esgotamento emocional sem receio de julgamento ou fragilização da própria imagem profissional. Assim, a roda de conversa operou como espaço de legitimação da experiência subjetiva desses trabalhadores, favorecendo processos de elaboração coletiva do sofrimento produzido pelo trabalho prisional.

Além disso, algumas estratégias de enfrentamento extrapolavam o campo individual e caminhavam na direção de formas coletivas de organização e reivindicação institucional. Em diferentes momentos, os participantes ressaltaram a importância da mobilização política da categoria, da atuação sindical e da reivindicação de melhores condições de trabalho, compreendendo que o sofrimento psíquico não poderia ser enfrentado apenas no nível individual.

Tal aspecto revela um ponto importante da própria perspectiva da análise institucional: o cuidado em saúde mental não se restringe à adaptação individual do trabalhador às condições de sofrimento existentes, mas envolve também a problematização crítica dos processos institucionais produtores de desgaste, precarização e adoecimento. Dessa forma, as estratégias construídas ao longo das rodas de conversa não buscavam apenas minimizar sintomas, mas também ampliar a capacidade coletiva de análise e enfrentamento das condições institucionais presentes no cotidiano prisional.

Ao final do processo, tornou-se evidente que as rodas de conversa produziram efeitos que ultrapassaram a simples discussão sobre saúde mental. O grupo constituiu-se como espaço coletivo de escuta, reconhecimento mútuo e circulação da palavra, possibilitando que experiências frequentemente silenciadas no cotidiano institucional pudessem emergir, ser compartilhadas e elaboradas coletivamente. Nesse contexto, o cuidado em saúde mental aparece não apenas como intervenção clínica individualizada, mas como construção coletiva capaz de fortalecer vínculos, ampliar redes de apoio e produzir deslocamentos subjetivos diante do sofrimento vivido no cárcere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender como os processos institucionais presentes no cotidiano prisional produzem sofrimento psíquico entre policiais penais, além de evidenciar a potência das rodas de conversa como dispositivo coletivo de cuidado e elaboração do sofrimento. Foi possível identificar que o trabalho prisional se desenvolve em um contexto marcado por violência institucional, tensão permanente, hipervigilância, precarização das condições de trabalho e relações frequentemente conflituosas entre presos, gestores e os próprios trabalhadores.

Os relatos produzidos ao longo da pesquisa evidenciam que o cárcere não opera apenas como espaço físico de custódia, mas como dispositivo institucional capaz de produzir modos específicos de subjetivação, atravessando profundamente a vida psíquica, relacional e social dos policiais penais. Ansiedade, estresse, alterações do sono, esgotamento emocional, irritabilidade e uso abusivo de álcool apareceram de maneira recorrente nas falas dos

participantes, revelando que o sofrimento produzido no contexto prisional ultrapassa os limites do ambiente de trabalho e invade progressivamente os espaços de descanso, lazer e convivência familiar.

Além das relações tensas com presos e familiares, o estudo revelou que os próprios processos institucionais de organização do trabalho contribuem significativamente para o desgaste físico e mental desses trabalhadores. A superlotação prisional, o número reduzido de efetivo, as dobras de turno, a intensificação dos mecanismos de vigilância institucional e os conflitos entre colegas e chefias constituem elementos que potencializam experiências de sofrimento e adoecimento psíquico no cárcere.

Nessa direção, os elevados índices de adoecimento entre policiais penais — já apontados pela literatura e reafirmados nesta pesquisa — configuram importante problema de saúde pública. Tal questão torna-se ainda mais preocupante diante da ausência ou fragilidade de políticas institucionais voltadas à promoção de saúde mental desses trabalhadores, bem como da dificuldade frequentemente relatada pelos próprios policiais em buscar acompanhamento psicológico ou psiquiátrico. Em muitos casos, o sofrimento permanece silenciado e naturalizado como parte inerente do exercício profissional, favorecendo agravamentos importantes do quadro psíquico e repercussões significativas sobre a vida familiar, social e laboral desses sujeitos.

Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu compreender que o sofrimento psíquico no cárcere não pode ser reduzido exclusivamente a características individuais ou à incapacidade subjetiva de adaptação ao trabalho. Os relatos analisados indicam

que o adoecimento emerge diretamente articulado às condições institucionais nas quais o trabalho prisional é produzido, revelando a existência de processos permanentes de desgaste subjetivo relacionados à violência cotidiana, à lógica disciplinar, à hipervigilância e à precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto, as rodas de conversa mostraram-se importantes dispositivos de circulação da palavra, reconhecimento coletivo do sofrimento e construção compartilhada de estratégias de cuidado em saúde mental. A possibilidade de falar sobre medo, ansiedade, exaustão e vulnerabilidade em um espaço coletivo produziu importantes efeitos de identificação, fortalecimento grupal e redução do isolamento subjetivo entre os participantes. Além disso, emergiram estratégias de enfrentamento relacionadas à prática de atividade física, delimitação mais clara entre vida pessoal e trabalho, fortalecimento de vínculos familiares e sociais, busca por acompanhamento profissional e mobilização coletiva por melhores condições de trabalho.

Entretanto, os próprios relatos indicam que estratégias individuais de cuidado possuem limites importantes diante de um contexto institucional marcado por precarização estrutural e produção contínua de sofrimento. Assim, embora práticas de autocuidado sejam relevantes, a discussão sobre saúde mental no sistema prisional exige também o enfrentamento crítico das condições institucionais que sustentam o adoecimento desses trabalhadores.

Sem pretender esgotar a discussão, compreendemos que o trabalho prisional segue sendo realizado em condições profundamente desgastantes, seja pelas limitações estruturais do sistema penitenciário brasileiro, seja pelos modos de organização

institucional que atravessam o cotidiano do cárcere. Mais do que um espaço de custódia, a prisão constitui um ambiente produtor de sofrimento, afetando não apenas a população privada de liberdade, mas também aqueles responsáveis pela manutenção cotidiana da ordem institucional.

Nesse sentido, entendemos que mesmo diante de possíveis melhorias estruturais — como redução da superlotação, ampliação do efetivo e melhores condições físicas de trabalho — o cárcere seguiria produzindo importantes efeitos subjetivos sobre aqueles que nele atuam. Tal constatação coloca como desafio ético, político e institucional a necessidade de construção de políticas efetivas de cuidado em saúde mental para trabalhadores do sistema prisional, bem como o fortalecimento de debates críticos acerca das próprias formas contemporâneas de gestão do encarceramento e da violência institucional.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação acerca das estratégias individuais e coletivas desenvolvidas pelos policiais penais para lidar com o sofrimento produzido pelo trabalho no cárcere, bem como os impactos institucionais das práticas de cuidado e intervenção em saúde mental desenvolvidas nesse contexto. Além disso, considera-se relevante ampliar estudos que analisem os processos de subjetivação produzidos pelo ambiente prisional, especialmente no que se refere às relações entre violência institucional, sofrimento psíquico e modos de existência no trabalho prisional.

Mais do que espaço de privação de liberdade, o cárcere revela-se também um dispositivo produtor de sofrimento para aqueles responsáveis por sua manutenção cotidiana. Tornar visível esse

sofrimento constitui não apenas uma tarefa acadêmica, mas um desafio ético e político para o campo da saúde mental, da segurança pública e das políticas de cuidado no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, M. L.; Abade, F. L. (2008). *Para Reinventar as Rodas: rodas de conversa em Direitos Humanos*. Belo Horizonte: RECIMAM.

Albernaz, E. R. (2010). Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH, Salvador, 23, (60), 525-539*.

Albuquerque, D. R.; Araújo, M. R. M. (2018). Precarização do Trabalho e Prevalência de Transtornos Mentais em Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe. *Rev Psicol e Saúde, 10, (1), p. 19–30*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v10n1/v10n1a02.pdf>

Albuquerque, C. L.; Machado, E. P. (2001). Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias, 3, (5), p.214-239*.

Back, C. M. (2021). Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Rev. bras. segur. Pública, 15, (1), p. 208-225*.

Baremblytt, G. F. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

Bezerra, C. M., Assis, S. G., Constantino, P.; Pires, T. O. (2021). Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do

estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 46. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000038218>

Cadidé, G. B., Berêdo, V. C., Silva, M. S.; Santos, D. A. (2022). Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais penais: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde*, 13 (3), p. 42-51

Caitano, D. O.; Serva, M. (2020). No limite da razão: o deliberar e a phrónesis no trabalho prisional. *Cad. EBAPE.BR*, 18 (Edição Especial), p. 821-835.

Chies, L. A. B., Barros, A. L. X., Lopes, C. L. A. S.; Oliveira, S. F. (2005). Prisionalização e Sofrimento dos Agentes Penitenciários: Fragmentos de uma pesquisa. *Revista brasileira de ciências criminais*, 52, p. 264-283. <https://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/PRISIO1.pdf>

Fernandes, R. C. P.; Silvany-Neto, A. M.; Sena, G. M.; Leal, A. S.; Carneiro, C. A.; Costa, F. P. (2002). Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18 (3), p.807-816.

Figueiró, R. A. (2023). A polícia penal do Rio Grande do Norte: três analisadores para pensar subjetividade e trabalho em prisões. *O público e o privado*, 21 (45), p. 62-83.

Figueiró, R. A.; Dimenstein, M. (2019). Militarização de agentes penitenciários no Brasil: segurança pública e processos de subjetivação. *Athenea digital*, 19 (2), p. 1-20.

Figueiró, R. A. (2015). *Cartografia do trabalho de agentes penitenciários: reflexões sobre o “dispositivo prisão”*. [Tese de

doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGPsij]. Repositório institucional Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Figueiró, R. A.; Dimenstein, M. (2014). Trama de saberes entre agentes penitenciários e seus desdobramentos nas estratégias de controle a céu aberto. *Mnemosine*, 10(1). Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41642>

Ghaddar, A.; Mateo, I.; Sanchez, P. (2008). Occupational stress and mental health among correctional officers: a cross-sections study. *Journaul of Occupation Health*, 50, pp. 92-98.

Glina, D. M. L., Rocha, L. E., Batista, M. L.; Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexso com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(3), p. 607-616.

Goffman, E. (2008). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva

Gonçalves, S. G.; Mesas, A. E.; Bravo, D. S.; Birolim, M. M.; Guidoni, C. M.; Nunes, E. F.; Nierotka, R. P.; Rodrigues, R. (2025). Efeito da organização e exigências do trabalho, violências, problemas de saúde e satisfação no trabalho em relação ao estresse laboral e apoio social em policiais penais: estudo transversal, São Paulo, 2019. *Epidemiol Serv Saude*. 34, p. 1-14.

Gonçalves, R. E.; Oliveira, W. J. (2019). *Aspectos emocionais de agentes penitenciários relacionados à suas condições de saúde*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Mato

Grosso, Rondonópolis, MT, Brasil. Disponível:
<http://bdm.ufmt.br/handle/1/1485>

Jaskowiaki, C. R.; Fontanal, R. T. (2015). O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Rev Bras Enferm.*, 68 (2), P. 235-43, 2015.

Jesus, S. R., Felipe, A. M.; Silva, Y. V. (2021). Vulnerabilidade ao Estresse entre Agentes de Segurança Penitenciários. *Psicol Ciência e Profissão*, 41, p. 1-18.

Jordão, E. S.; Cordeiro, T. L. (2025). A superlotação do sistema carcerário. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE*, 11 (11), p. 8772- 8788.

Kalinsky, B. (2008). El agente penitenciario: la cárcel como ámbito laboral. *Runa*, 28, p. 43-57.

Lima, A. I., Dimenstein, M., Macedo, J. P.; Nunes, C. C. (2023). Condições de trabalho e sofrimento psíquico de policiais penais no Brasil. In: Oliveira, H. C. (Org.) *Estudos Multidisciplinares em Ciências da Saúde*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-26.

Lopes, R. (2007). Psicologia Jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. *Psicol. Am. Lat.*, v. 0, p. 1-8.

Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.

Lourenço, L. C. (2012). Na frente das grades: uma pesquisa com agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. In. Coelho, M. T. D.; Carvalho Filho, M. J. (Orgs.). *Prisões numa abordagem interdisciplinar*. Salvador: EdUFBA, p. 97-120, 2012.

Lourenço, A. S. (2010). *O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários*. Tese de doutorado, 226fs. USP, São Paulo.

Luiz, T. D. (2003). *Humanização do sistema carcerário brasileiro: a problemática do sistema atual*. Monografia (bacharelado em Direito). Unimontes.

Marques, G.S.; Giongo, C. R.; Ruckert, C. (2018). Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Diálogo*, 38(1), 89-98.

Moraes, P. R. B. (2005). *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, Instituto brasileiro de ciências criminais.

Nascimento, F. E. M. (2022). De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. *Dilemas - Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* 15 (3), p. 883-910.

Organização Mundial da Saúde (OMS) (2020). *Diretrizes da OMS para Atividade Física e Comportamento Sedentário*, 2020. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/9e776de6-adc7-46c1-936f-6dd2bb4f7373/content>. Acesso em 03 dez 2025.

Pereira, S. A.; Goes, J. G.; Ferreto, L. E. (2019) Avaliação do Nível de Atividade Física de Agentes Penitenciários da Penitenciária Estadual

de Francisco Beltrão - Paraná. *Braz. J. of Develop.* 5, (10), p. 19029-19043.

Paixão, W. H. P.; Silva, J. L.; Ramos, G. F.; Oliveira, M. A.; Messias, C. M.; Souza, F. S. (2022). A saúde mental dos agentes do sistema prisional: mapeamento de estudos brasileiros. *Research, Society and Development*, 11, (4), p. 1-11.

Pauli, F. B.; Follador, F. A.; Wendt, G.; Lucio, L. C.; Pascotto, C. R.; Ferreto, L. E. (2021). Working Conditions and Health of Prison Officers in Paraná (Brazil). *Rev Esp Sanid Penit*, 4 (3), 79–86.

Rodrigues, R. G.; Codinhoto, E. (2020). As experiências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho de agentes penitenciários de uma cidade do interior do estado de Rondônia. *Rev farol*, 11(11), 112-127.

Rumin, C. R.; Barros, G. I.; Cardoso, W. R.; Cavalhero, R. (2011). O sofrimento psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia: ciência e profissão*, 31 (1), 188-199.

Rumin, C. R. (2006). Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental". *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26 (4), 570-581.

Santos, D. C.; Dias, J. S.; Pereira, M. B.; Moreira, T. A.; Barros, D. M.; Serafim, A. P. (2012). Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. *Rev. Bras. Med. Trab. São Paulo*, 8 (1), p. 33-38.

SENAPPEN (2025). *Levantamento de informações penitenciárias referentes ao segundo semestre de 2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen->

[divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2025](#). Acesso em 10/02/2025.

Silveira, J. T. (2009). Se tirar o colete não dá pra saber quem é preso, quem é agente: Trabalho, identidade e prisionização. In. *Anais Sociologia & Política: I Seminário nacional Sociologia & Política*, UFPR.

Simplicio, A. R. G.; Costa, M. S. A. (2019). Impactos do trabalho laboral na saúde mental de agentes penitenciários de acaraú, ceará: um estudo de caso. In B. R. da Silva Neto (Org.). *Saúde Pública e Saúde Coletiva: Dialogando sobre Interfaces Temáticas 5* (pp. 185-196). Ponta Grossa: Atena.

Stradiotti, K. M., Stradiotti, J. M. M., Souza, J. C. R. P., Mello, M. G. C., Souza, V. C. R. P.; Rigo, G. M. (2019). Qualidade de vida de agentes penitenciários. *Arq Médicos dos Hosp e da Fac Ciências Médicas da St Casa São Paulo*, 64(3), 226–232. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2019.64.3.226>.

Vasconcelos, A. S. F. (2000). *A saúde sob custódia: um estudo sobre Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, 66fs. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.